

ROTINA DE ESCÂNDALOS

Pelos filhos, mulher de Cabral irá para casa

Justiça concede prisão domiciliar, mas Adriana Ancelmo não poderá ter acesso a internet nem telefone

MARCO GRILLO
marco.grillo@oglobo.com.br

Preso há 103 dias no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do Rio, a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo teve ontem uma boa notícia. Ré por organização criminosa, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, ela conseguiu converter sua prisão preventiva em domiciliar.

O juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, determinou que a advogada, mulher do ex-governador Sérgio Cabral, fique presa em casa. Para isso, ele usou um artigo do Código de Processo Penal, que permite ao magistrado substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando a acusada tiver um filho de até 12 anos — caso de Adriana, mãe de uma criança de 11 anos e de outra de 14.

A Justiça, no entanto, estabeleceu uma série de parâmetros para que a ida da mulher de Cabral ao apartamento que eles têm no Leblon seja concretizada. Adriana terá que se afastar da administração do escritório de advocacia e precisará ficar o tempo todo em casa, a não ser em casos de emergências médicas, que deverão ser comunicadas ao juiz. O imóvel não poderá ter linha telefônica e dispositivos com acesso à internet.

De acordo com a decisão, só será permitida a visita de advogados constituídos por Adriana nos processos que apuram o suposto esquema de corrupção comandado por Cabral e de parentes até o terceiro grau. Os visitantes não poderão entrar no apartamento com celulares, tablets ou qualquer aparelho com conexão. Todas as visitas terão que ser registradas pela defesa.

Ainda não há um prazo para que a mudança aconteça. Na segunda-feira, o advogado de Adriana, Alexandre Lopes, pretende

enviar uma petição à Justiça afirmando que o apartamento já se enquadra nos requisitos. Em seguida, o juiz deverá determinar que agentes da Polícia Federal façam uma fiscalização para, então, enviar um ofício para a Vara de Execuções Penais (VEP) comunicando a transferência. O trâmite também envolve a Secretaria estadual de Administração Penitenciária.

A decisão de Bretas surpreendeu até mesmo o advogado de Adriana. Um pedido semelhante já havia sido negado pelo magistrado logo após a prisão, e não havia a expectativa de que o novo pleito fosse apreciado durante a audiência de ontem, em que foram ouvidas testemunhas de acusação no processo. O defensor acreditava que a decisão pudesse ser proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas não pelas mãos de Bretas.

SITUAÇÃO INCOMUM

O advogado negou com veemência que a ida de Adriana para prisão domiciliar esteja inserida em um contexto de negociação para a assinatura de um acordo de delação premiada:

— Não sei por que há uma obsessão de parte da imprensa com delação premiada. O processo penal não se resume à delação. Ela não tem a menor intenção de fazer uma delação contra quem quer que seja.

O benefício concedido a Adriana não é comum no sistema prisional do Rio, embora o Brasil seja signatário das Regras de Bangkok, normas da ONU para o tratamento de mulheres presas. O pacto prevê a conversão de prisão para gestantes e mães de crianças de até 12 anos em penas alternativas.

— A Defensoria Pública tem obtido resultados positivos em relação às grávidas, conseguindo sensibilizar o Judiciário e convertendo prisões em regime domiciliar ou até mesmo a liberdade. Com relação às mães (de crianças de até 12 anos), temos tido dificuldade. Espera-se que o caso de Adriana Ancelmo abra portas, já que a Justiça deve ser para todas. — disse Arlanza Rebello, coordenadora da Defesa dos Direitos da Mulher na Defensoria Pública do Rio. (Colaborou Gabriel Cariello) •

O COTIDIANO DE UM MILIONÁRIO

VEJA QUANTO O CASAL
GASTAVA POR MÊS COM
DESPESAS FIXASADRIANA
ANCELMOEx-Primeira-
Dama e dona
de escritório
de AdvocaciaSÉRGIO
CABRALGovernador
do Estado
(2007 a
2014)R\$ 200 mil e R\$ 300 mil
POR SEMANA

Era a quantia que a ex-secretária da ex-primeira-dama, Michele Thomaz Pinto, disse que guardava semanalmente no cofre do escritório de sua chefe.

Como o dinheiro era usado:

R\$ 100 mil

PARA PAGAR
DESPESAS DE:

Faturas de cartão de crédito

Boleto do condomínio

Colégio de filhos, entre outras despesas recorrentes de Adriana

R\$ 120 mil e R\$ 150 mil
POR MÊS

Era a média das despesas mensais do ex-governador, segundo a ex-secretária particular de Cabral, Sônia Baptista, em depoimento à Justiça

Como o dinheiro era usado:

R\$ 40 mil

PARA PAGAR 15
FUNCIONÁRIOS:

- 5 na casa de Cabral no Leblon
- 5 na mansão em Mangaratiba
- 5 atendiam a ex-mulher Susana Neves, na Lagoa

- Manutenção dos imóveis
- Veículos
- Uso de lancha que estava em nome de um laranjeira



Até R\$ 110 mil

Editoria de Arte

Cabral comprou joia da H.Stern até no Palácio

Diretora da joalheria firmou acordo de delação premiada com o MPF

A diretora comercial da H.Stern, Maria Luiza Trotta, agora também delatora, afirmou ontem, em depoimento à Justiça Federal, que vendeu joias para o ex-governador Sérgio Cabral até mesmo no Palácio Guanabara, no período em que ele ocupou o cargo. Ela disse que, desde 2012, negociou R\$ 6 milhões em

joias para Cabral e sua mulher, Adriana Ancelmo. Maria Luiza firmou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal, homologado ontem pela Justiça.

— Eu ia ao apartamento do Leblon, ao escritório (de Adriana Ancelmo) e uma vez já fui até o Palácio (Guanabara) — disse.

Uma joia de R\$ 1,2 milhão foi paga em dinheiro vivo. Depois, a peça foi trocada por um brinco de R\$ 1,8 milhão, e a diferença foi quitada em espécie. A maior par-

te das peças era vendida sem nota fiscal, por exigência de Cabral.

Advogados afirmaram que a mudança da condição de Maria Luiza de testemunha para delatora deveria ter sido comunicada com antecedência. Eles estudam uma medida jurídica para invalidar o depoimento dela.

— Eu não reconheço às defesas o direito de conhecer com antecedência o teor do depoimento de uma testemunha ou colaborador — disse o juiz Marcelo Bretas. (Marco Grillo) •

NO DIA A DIA

A nada trivial rotina do ex-governador

Juntos, Cabral e Adriana gastavam mais de R\$ 250 mil com despesas mensais

Secretária de Sérgio Cabral de 1996 até a véspera da prisão, Sônia Ferreira Baptista revelou à Justiça mais um ingrediente da rotina do ex-governador: gastos pessoais que giravam entre R\$ 120 mil e R\$ 150 mil por mês. Pelo volume, Cabral vivia o luxo no dia a dia.

Cerca de R\$ 40 mil eram destinados apenas para o pagamento de parte do esquadrão de 15 funcionários responsáveis pelas tarefas no apartamento de Cabral, no Leblon, na casa de Mangaratiba e até no imóvel de Susana Neves Cabral, ex-mulher do governador, na Lagoa.

Há uma ressalva: o montante, segundo o depoimento, não inclui gastos com roupas e joias, que eram ainda maiores e não ficavam sob a responsabilidade dela. E, claro, todo o dinheiro era proveniente dos esquemas de corrupção, segundo a investigação.

Os pagamentos aconteciam de duas formas: os funcionários que não tinham conta-corrente eram pagos diretamente por Sônia, em dinheiro; a relação dos outros gastos com os empregados e os boletos bancários com despesas da casa e carros eram entregues para Carlos Miranda, apontado pelo Ministério Público Federal (MPF) como operador financeiro do esquema de corrupção. Ela afirmou que não sabe se esses débitos eram quitados em espécie.

Sônia também confessou que, durante o período em que Cabral foi governador, ficou lotada no Senac, mas não aparecia para trabalhar, já que ficava à disposição de Cabral — “era como se eu estivesse cedida”, justificou. Nessa época, o salário era de R\$ 9 mil.

Já no período pós-governo, fora do Senac, o salário pago pelo ex-governador chegou a R\$ 18 mil. Em outro período da longa relação com Cabral, que começou em 1996, na campanha à prefeitura, Sônia abriu uma empresa e recebia o salário por meio de notas fiscais emitidas para firmas indicadas por Miranda. Ela reconheceu que não prestou serviços para as companhias. Em nota, o Senac disse que uma sindicância interna vai “verificar a regularidade da contratação”.

R\$ 300 MIL SEMANAIS

Já a testemunha Michele Thomaz Pinto, ex-secretária de Adriana Ancelmo, reforçou que Luiz Carlos Bezerra, apontado como operador, levava entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil em espécie por semana ao escritório de advocacia comandado por Adriana. O dinheiro ficava guardado em cofres. Segundo o depoimento, os valores eram recebidos por Adriana ou pelo advogado Thiago Aragão, que também está preso e foi sócio do escritório até janeiro deste ano. Quando os dois sócios não estavam presentes, Michele recebia o dinheiro, fazia a contagem e depois deixava a quantia no cofre. Segundo ela, em torno de R\$ 100 mil eram usados por mês para pagar contas pessoais de Adriana, como as faturas de cartão de crédito, condomínio e colégio de filhos. (Marco Grillo) •